

## Imaginários políticos hispano-americanos nos tempos das independências: modernidade ocidental ou accidental?\*

Imaginarios políticos hispanoamericanos en la época de las independencias: ¿modernidad occidental o accidental?

Spanish-American political imaginaries at the time of independences: Western or accidental modernity?

Oscar Mauricio Pabón Serrano<sup>1</sup>

Rosa María Jiménez Bermúdez<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidad Santo Tomás, Colombia. Historiador, Mestre em História Política, Mestre em História Comparada e Doutor em História Contemporânea. Professor e pesquisador da Universidade Santo Tomás de Bucaramanga e Diretor do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano. Correio: [oscar.pabon01@ustabuca.edu.co](mailto:oscar.pabon01@ustabuca.edu.co).  [0000-0001-9960-6165](https://orcid.org/0000-0001-9960-6165).

<sup>2</sup> Universidad Santo Tomás, Colombia. Professora do Centro Internacional de Lenguas y Culturas Extranjeras (CILCE) da Universidad Santo Tomás de Bucaramanga. Correio: [rosa.jimenez@ustabuca.edu.co](mailto:rosa.jimenez@ustabuca.edu.co).

### Citar como:

Pabón Serrano, O. M., & Jiménez Bermúdez, R. M. (2025). Imaginarios políticos hispanoamericanos en la época de las independencias: ¿modernidad occidental o accidental?. *Análisis*, 57(107), 12-29.

 <https://doi.org/10.15332/21459169.9520>

Recibido: 21/06/2024

Aceptado: 18/02/2025



### Resumo

Este artigo se insere no campo da história do pensamento político e concentra-se na análise das ideias políticas que circularam e se sobrepuzeram durante o período que marcou a transição para a modernidade nos antigos domínios espanhóis na América. A partir de uma perspectiva historiográfica, identificaram-se algumas das correntes ideológicas que permearam os imaginários desde as últimas décadas da dominação colonial hispânica até os turbulentos tempos das revoluções de independência, estabelecendo assim que alguns referentes políticos do passado colonial se mesclaram com as inovações do liberalismo ocidental, dando lugar a uma modernidade

\*Artículo derivado de la tesis del Doctorado en Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Colombia.

hispano-americana bastante excepcional ou particular. Por essa razão, o presente trabalho busca identificar e comparar os referenciais ideológicos que legitimaram a formação dos primeiros Estados independentes, com o objetivo de compreender como a chamada “elite ilustrada”, que liderou o processo de independência, invocou tanto as ideias modernas surgidas no contexto das revoluções atlânticas (igualdade, liberdade, representação, nação, cidadania) quanto as antigas noções e práticas políticas herdadas após quase três séculos de dominação colonial espanhola.

**Palavras-chave:** imaginários, modernidade, transição, independência.

**Classificação JEL:** Z00

## Resumen

Este artículo se inscribe en el campo de la historia del pensamiento político y se concentra en el análisis de las ideas políticas que circularon y se yuxtapusieron durante el periodo que enmarcó la transición hacia la modernidad en los antiguos dominios españoles en América. Desde una perspectiva historiográfica, se identificaron algunas de las corrientes ideológicas que permearon los imaginarios desde las últimas décadas de la dominación colonial hispánica y hasta los turbulentos tiempos de las revoluciones de independencia, estableciéndose de esta manera cómo algunos referentes políticos del pasado colonial se mezclaron con las innovaciones del liberalismo occidental, para dar paso a una modernidad hispanoamericana bastante excepcional o particular. Por esta razón, este trabajo pretende identificar y comparar los referentes ideológicos que legitimaron la formación de los primeros Estados independientes, con el propósito de comprender cómo la llamada élite ilustrada que lideró el proceso independentista invocó tanto las modernas ideas surgidas en el contexto de las revoluciones atlánticas (igualdad, libertad, representación, nación, ciudadanía), como las antiguas nociones y prácticas políticas heredadas tras casi tres siglos de dominación colonial española.

**Palabras clave:** imaginarios, modernidad, transición, independencia.

## Abstract

This article falls within the realm of the history of political thought and focuses on the analysis of political ideas that circulated and juxtaposed during the period framing the transition to modernity in the former Spanish territories in America. From a historiographical perspective, some of the ideological currents that permeated the imaginaries were identified, starting from the last decades of Hispanic colonial domination up to the turbulent times of the independence revolutions. This establishes how some political references from the colonial past blended with Western liberalism innovations, giving rise to a rather *sui generis* or Hispanic American modernity. For this reason, the present work sought to identify and compare the ideological references that legitimized the formation of the first independent States, with the aim of understanding how the so-called enlightened elite that led the independence process invoked both the modern ideas that emerged in the context of the Atlantic revolutions (equality, liberty, representation, nation, citizenship), as well as the ancient notions and political practices inherited after nearly three centuries of Spanish colonial domination.

**Keywords:** imaginaries, modernity, transition, independence.

*“La América española que no es sino una provincia de Europa,  
aunque ambigua y frágil,  
no inventa la Independencia, la recibe”*  
(Chaunu, 1973).

A transformação dos imaginários políticos durante as últimas décadas da dominação colonial espanhola representa um objetivo que nos conduz ao estudo de um longo processo histórico que teve início com a implementação das reformas borbônicas e a consequente reação popular contra essas medidas administrativas

que iam contra o ideal *pactista* indiano. Esse processo continuou nos primeiros anos do século 19, em meio a uma crise monárquica que alcançou o seu ápice em 1808 e mudou abruptamente os referenciais de legitimidade do poder político, circunstâncias que possibilitaram a abertura de um processo revolucionário que levou alguns domínios hispano-americanos a reassumirem a soberania e proclamarem suas independências.

No entanto, esse foi um longo período em que convergiram elementos e imaginários da antiga política hispânica com as modernas correntes surgidas no *Século das luzes*<sup>1</sup>, entrelaçamentos que permitem compreender a complexa e problemática construção dos Estados nacionais emergentes na outrora América espanhola. Considerando tais referências, contrariando as chamadas “histórias pátrias”<sup>2</sup> e decimonônicas, um grupo de pesquisadores revisionistas desse período de transição foi formado desde o final da década de 1980 até a comemoração dos bicentenários independentistas em 2010, influenciados pela história comparada, cultural, das mentalidades e da sociabilidade.

Por essa razão, este trabalho busca identificar, nesse movimento historiográfico, os elementos que permitem traçar as mudanças do imaginário político nos domínios indianos durante o contexto histórico das revoluções atlânticas, um período de aproximadamente quatro décadas (1780-1820), em que as ideias da antiga política espanhola, as inovações do reformismo absolutista e as correntes liberais da modernidade política moldaram um cenário de permanências e novidades que acabaram possibilitando o surgimento dos primeiros Estados na América Hispânica. Sem dúvida, esse impulso e justaposição entre as ideias políticas de um passado colonial e de um presente revolucionário foi sentido com maior força nas possessões que, em 1810, de forma súbita e precoce, proclamaram suas independências. Estamos falando aqui da *capitanía general de Venezuela, do virreinato del Río de la Plata e do virreinato de la Nueva Granada*.

Nesta parte inicial, é válido destacar o trabalho de Alfredo Ávila sobre *Las revoluciones hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI*, no qual ele apontou que, nos últimos anos, foram publicados muitos trabalhos apresentados como revisionistas das narrativas patrióticas das guerras de independência, propostas que ganharam muita força a partir das décadas de 1980 e 1990, quando foram conhecidas as obras gerais de Túlio Halperín, François-Xavier Guerra e Jaime Rodríguez. Um elemento comum a todos esses autores que serviram como referência para o estudo dos processos de independência na América Latina é que as nações não existiram antes da emancipação e que foi a crise da monarquia espanhola em 1808 o acontecimento que abriu as portas para o restabelecimento de uma nova ordem. Ávila apontou como uma característica importante das pesquisas recentes o revisionismo manifesto, uma corrente que começou décadas atrás com a nova história política latino-americana e que reorientou a direção tomada pela historiografia interessada no estudo das independências. A comemoração dos bicentenários foi um contexto prolífico e abundante em publicações sobre o tema, em que a emancipação foi interpretada como o início de um processo revolucionário e como o ponto de partida da construção dos Estados nacionais na antiga América espanhola (Ávila, 2008).

<sup>1</sup>O Século das luzes, também conhecido como “Século da Ilustração”, foi um período histórico que abrangeu aproximadamente do final do século 17 até o final do século 18, caracterizado por uma ênfase na razão, na ciência e no pensamento crítico. Durante essa época, filósofos e pensadores promoveram ideais de liberdade, igualdade, direitos humanos e progresso, questionando a autoridade e as tradições estabelecidas, o que lançou as bases para movimentos políticos e sociais, incluindo a Revolução Francesa e o desenvolvimento das democracias modernas.

<sup>2</sup>As histórias pátrias dos países hispano-americanos referem-se às narrativas históricas que enfatizam os eventos, personagens e processos significativos na formação das nações latino-americanas. Essas histórias costumam se concentrar na luta pela independência, na construção do Estado-Nação e na identidade cultural, buscando destacar os valores e heróis nacionais. Caracterizam-se pelo foco na independência, por contribuir para a construção da identidade nacional, simplificar a complexidade histórica, legitimar a perspectiva nacionalista e promover valores como o patriotismo, a liberdade e a justiça.

## América hispânica: perspectivas historiográficas sobre a transição para a modernidade

Ao tentar identificar o trabalho que evidenciou a maturação e síntese da escola revisionista do período das independências, pensamos que existe consenso ao afirmar que foi a compilação de ensaios publicada em 1998 por François-Xavier Guerra e Annick Lempérière, intitulada *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas*, a obra que melhor representou tal abordagem historiográfica. Este trabalho concentrou sua atenção nas últimas décadas do Antigo Regime espanhol, visto como o período durante o qual o  *mundo ibero-americano* experimentou sua maior mutação cultural desde a conquista; um tempo em que se configurou um novo espaço público e transformações bastante heterogêneas, produto da hibridação entre as permanências da política antiga e as novidades da modernidade. Segundo a linha disruptiva traçada por François-Xavier Guerra, que rastreou as transformações sociais e culturais que configuraram a transição para a modernidade, os autores enfocaram a análise desse mesmo processo de mudança a partir da perspectiva da conformação de uma *esfera pública moderna*, possibilitando a descoberta de aspectos ignorados nos estudos tradicionais e a redefinição das categorias políticas fundamentais —como, por exemplo, as diferenças entre as concepções de soberania nacional e o antigo poder soberano dos monarcas. Em resumo, esse é um livro preocupado com a complexa compreensão e estudo dos ambientes modernos de sociabilidade em um espaço ibero-americano permeado pelas continuidades do passado colonial (Guerra e Lempérière, 1998a).

No entanto, no mencionado trabalho sobre *os espaços públicos na Ibero-América*, a pedra de toque para calibrar aquele processo de transformação e transição é o ensaio intitulado *De la política antigua a la política moderna. La revolución de la Soberanía*. Com essas considerações, Guerra e Lempérière nos mostram a mais genuína representação do que significa fazer uma história da mudança dos imaginários políticos. Os autores concentraram sua reflexão nas diferenças e na passagem das sociedades hispano-americanas do Antigo Regime para sociedades pós-revolucionárias inspiradas pela modernidade, para compreender as formas particulares de conceber e praticar a política. Dessa forma, levantaram a hipótese:

[...] de que essa política tão original do século XIX era consequência da coexistência ou da hibridação entre um conjunto de ideias, imaginários e práticas novas, que simplificadamente chamamos de modernidade, e elementos herdados daquele outro mundo contra o qual ela se constituiu, e que ela mesma chamou de Antigo Regime. (Guerra e Lempérière, 1998b, p. 110).

Aqui, chamou-se a atenção para o escasso conhecimento da antiga política hispânica, decifrada com instrumentos conceptuais alheios ao período, como o do absolutismo, pois o Estado absoluto espanhol, confuso e contraditório — para não dizer fracassado —, distanciou-se das políticas realmente praticadas pela Monarquia. Por essa razão, os autores estabeleceram seu objetivo na reconstrução do funcionamento e dos imaginários políticos do mundo hispânico no Antigo Regime, suspenso por uma época revolucionária que transformou as práticas políticas a partir da irrupção de uma moderna noção de soberania.

Então, as chaves da transição podem ser encontradas nos imaginários políticos que confluíram a partir da crise de 1808. Ou seja, nos princípios, nas práticas e nos atores, herdeiros do passado colonial, mas que também sonharam com as modernas ilusões da democracia liberal. De fato, um princípio do antigo imaginário político espanhol, sobre o qual primeiro se recorreu para mitigar a crise monárquica, foi o da origem da soberania. Esse referencial permite caracterizar o aspecto mais importante do Antigo Regime espanhol: o caráter corporativo da política. Tratava-se, portanto, de uma política essencialmente grupal, razão pela qual, a partir de 1808, muitos impugnaram as autoridades régias, mas ninguém as autoridades corporativas, o que conferiu aos *cabildos*<sup>3</sup> das principais cidades um papel preponderante no momento de reassumir a soberania.

<sup>3</sup>Os *cabildos* indianos foram as instituições de governo local nos domínios espanhóis na América durante o período colonial. Conhecidos como municípios ou câmaras municipais, eram responsáveis pela administração e gestão dos assuntos públicos nas cidades e nas vilas, atuando como uma forma de autogoverno local sob a supervisão da autoridade

Necessariamente, a herança de uma política de corpos trouxe enormes problemas aos modernos projetos republicanos, pois os antigos grupos, círculos, estamentos e regiões reivindicaram suas prerrogativas e privilégios. No entanto, é preciso reafirmar que, segundo esse antigo imaginário, a sociedade era concebida como um conjunto de corpos — desiguais e hierarquizados — e os indivíduos marcavam seu lugar de enunciação com base na pertença grupal. Ao mesmo tempo, a política assumia um caráter essencialmente pactista, no qual a negociação entre os corpos e o poder régio operava como uma formulação jurídica eficaz, em que a boa administração da justiça representava a essência do *bom governo*. A administração da justiça era considerada o máximo atributo da soberania, e o rei, o juiz supremo (Guerra e Lempérière, 1998b, pp. 109-139).

Agora, foi em um contexto de crise monárquica que ocorreu o nascimento da política moderna — alguns a chamam de “modernidade de ruptura” —, uma transição entre regimes que possibilitou a passagem progressiva para uma nova esfera de poder e a transformação dos imaginários refletidos na linguagem comum. A nova política triunfou primeiro na Revolução Francesa e depois nas revoluções hispânicas, estendendo uma série de discursos e figuras abstratas sobre soberania, nação, povo, representação e opinião pública, noções que confrontaram diretamente com os aspectos concretos da política antiga. Nas palavras de Guerra e Lempérière (1998b, p. 115), “nessa constelação de novas figuras, a da soberania e a da nação ocupam um lugar central, pois a vitória da soberania da nação é que abre a reorganização de todo o campo político”.

De fato, a soberania da nação é concebida de forma radical, como o poder que o rei nunca conseguiu ter, nem mesmo com suas reformas absolutistas; triunfa uma concepção moderna de soberania, moldada desde o século 16, vista como um poder unificado, absoluto e ilimitado. Por sua vez, também surgiu uma nova concepção de nação, entendida como uma associação voluntária de indivíduos iguais, cidadãos abstratos e sem atributos, associados contratualmente, em substituição à sua pertença aos antigos corpos políticos do extinto reino. Então, onde residiu o problema para a construção hispano-americana de nações modernas? Talvez no fato de que a soberania da nação tenha sido assumida na ausência do rei da Espanha e em nome de seus direitos, e não a partir da redefinição da relação entre os súditos e a Monarquia. Isso deu origem ao mais preocupante dos paradoxos do mundo hispânico: o advento precoce da modernidade política em sociedades muito permeadas pelos imaginários do Antigo Regime, um tempo em que se buscava transformar numa nação de cidadãos povos que ainda mantinham a mentalidade concreta dos corpos da política antiga (Guerra e Lempérière, 1998b, pp. 109-139).

A reflexão não poderia prosseguir sem fazer referência a um dos trabalhos pioneiros do revisionismo histórico sobre esse período transicional e revolucionário, *Modernidad e Independencia*, publicado em 1992, pelo professor François-Xavier Guerra. Essa coleção de ensaios sobre as revoluções hispânicas fundamenta o desenvolvimento de suas extensas páginas na constante menção de conceitos relacionados com as transformações, mutações, imaginários, valores, comportamentos e atores políticos determinantes durante a crise de 1808-1810. De acordo com o autor, nesse período, o mundo hispânico foi atravessado por profundas mudanças, levando a Espanha pelo caminho da revolução liberal e a América Hispânica pelo das independências, processos relacionados reciprocamente. Embora a separação dos *dois pilares*<sup>4</sup> tenha logo

colonial. Eram compostos por um grupo de membros eleitos, que incluíam o alcalde, regedores e outros funcionários locais. Embora a maioria dos membros fosse crioula (descendentes de europeus nascidos na América), em algumas ocasiões, também incluíam representantes da população indígena e mestiça. Apesar de estarem sob o controle da Coroa espanhola, os *cabildos* desfrutavam de certa autonomia para gerir os assuntos locais, como a administração da justiça, a arrecadação de impostos, a manutenção da segurança pública e a regulamentação do comércio. Além disso, desempenharam um papel importante na promoção da cultura e tradições locais, organizando festividades, atividades religiosas e eventos comunitários. Ao longo do tempo, os cabildos indianos se tornaram espaços de discussão e organização política. Durante os movimentos independentistas, muitos apoiaram a luta pela independência e se transformaram em centros de poder local.

<sup>4</sup>A expressão “dois pilares” fazia referência àquela visão plural ou dual que a monarquia espanhola teve durante

feito esquecer a estrutura que precedeu os Estados nascentes — a antiga monarquia espanhola —, abalada pela abrupta irrupção da modernidade. O advento da política nova representou na Ibero-América um processo único, um processo revolucionário sem dúvida alguma, conforme os termos que interessam a esta abordagem, uma mudança nos imaginários políticos e na consciência dos atores que forjaram novos tempos, sociedades e indivíduos. Guerra afirmou que o radicalmente novo foi a criação de uma cena pública, em que as modernas formas de sociabilidade deixaram de ser um privilégio dos restritos círculos privados, cena que fundamentou uma nova legitimidade emanada da nação soberana (Guerra, 1992).

Guerra sintetizou o triunfo de todas essas transformações políticas com o termo “modernidade”, mudanças que geraram uma ruptura patente e irreversível, pois o mundo hispânico não voltaria a ser o mesmo. De uma perspectiva das identidades, pode-se afirmar que as mudanças experimentadas em ambos os lados do Atlântico tiveram um conjunto de atores cujo traço comum foi a pertença a um mesmo mundo cultural e a *imaginários coletivos* compartilhados pelos grupos dirigentes, que depois transcendem ao restante da sociedade. Por essa razão, o autor adotou uma ótica cultural para o estudo da política, pois, lançando um olhar sobre o complexo terreno da história das mentalidades, Guerra infere que toda organização social traz implícito um modelo de sociedade ideal e que toda relação social possui um conteúdo cultural fundamental.

Na verdade, é essa atmosfera cultural que constrói os imaginários, que fornece os conteúdos e respostas às questões coletivas mais essenciais, por exemplo, como se pensa a sociedade, qual é a autoridade legítima, como se constituem os vínculos ou como deveria ser a relação de reciprocidade entre governantes e governados. Enfim, “temos aqui um vasto campo de estudo: o do imaginário social e político, o dos valores e comportamentos”; sendo a chave desse enfoque revisionista a identificação do tradicional e do caráter hispânico nessa particular modernidade ibero-americana (Guerra, 1992, pp. 14-18)<sup>5</sup>.

Nesse campo da história política, estudado a partir de uma perspectiva cultural, as contribuições do professor Georges Lomné sempre iluminam a compreensão. Suas análises sobre as representações do poder, da autoridade e dos laços durante as últimas cinco décadas do absolutismo monárquico espanhol, centradas na experiência *neogranadina*, mas extensíveis ao restante dos reinos indianos, demonstram como, a partir da história das mentalidades e dos conceitos, é possível remover as visões formuladas *a priori* e teleológicas de processos tão complexos quanto os independentistas. Em sua magistral reflexão sobre *La disolución de las cuerdas de imaginación en el Virreinato de la Nueva Granada*, escrita a partir da perspectiva dos imaginários políticos, comprehende-se a forma como gradualmente foram dissolvidos os laços de fidelidade em um dos *dois pilares* daquela visão romântica plural da monarquia espanhola. Partindo da metáfora do missionário capuchinho Joaquín de Finestrat — o padre valenciano autor do *Vasallo instruído* —, um homem muito preocupado em versar sobre a devida obediência ao rei espanhol, especialmente após a *Rebelión de los Comuneros* em 1781, Lomné analisou a transformação e dissolução absoluta dos vínculos entre o

---

o Antigo Regime e, especificamente, durante os tempos que precederam as independências de seus domínios indianos. Essa visão concebeu que a monarquia era composta e sustentada por dois grandes pilares territoriais: o peninsular europeu e os reinos hispano-americanos. Com essa referência, tentou-se justificar a pertença e a fidelidade dos territórios americanos ao Estado monárquico espanhol, principalmente quando começaram a soprar os ventos da independência.

<sup>5</sup>Como já indicado, no trabalho *Modernidad e independencia*, François-Xavier Guerra empregou de forma transversal os conceitos de imaginários e mutações. No caso do século 18 espanhol, explicou que, para compreender a marcha particular que a modernidade tomou nessa monarquia europeia, era necessário examinar as relações entre o regime político, a sociedade e a cultura, para identificar as mutações nesses campos. Com a instalação dos Bourbons nesse século, a monarquia espanhola tendeu a seguir cada vez mais o modelo francês, principalmente no que diz respeito à imposição do absolutismo real, tentando deslocar as funções e preeminências dos corpos que configuravam a sociedade do Antigo Regime, para que as relações do Estado não fossem com esses corpos, mas sim com súbditos abstratos e sem privilégios. No entanto, de mãos dadas com o absolutismo, ocorreu a grande mutação cultural conhecida como Iluminismo, entendida como um conjunto de mudanças no terreno das ideias, dos imaginários, dos valores e dos comportamentos: um autêntico triunfo do indivíduo, das sociabilidades modernas e da opinião pública.

povo neogranadino e o monarca do mundo hispânico. A metáfora que está sendo referenciada comparava a sociedade neogranadina a um instrumento de cordas, representando os corpos e estamentos as cordas que deveriam guardar o ponto de conformidade para buscar a perfeita consonância, para afastar a dissonância da sublevação (Lomné, 2011).

George Lomné explicou que essa metáfora das *cordas da imaginação* nos remete ao conceito platônico da *boa música*; a música da obediência, da harmonia e da ordem social; diferentemente do ruído estridente e plebeu que causa o caos e a rebelião. Por muito tempo, a ideia do *pactismo*<sup>6</sup> reforçou as cordas que ligavam os reinos hispano-americanos ao seu rei, juiz supremo e cabeça do corpo político. Por essa razão, rebeliões como as de Quito em 1765 e El Socorro em 1781 não pressupõem para o autor uma ligação com os eventos que seguiram no início do século 19, mas sim o conflito entre duas concepções do vínculo monárquico: o pactismo e o absolutismo iluminista. Partindo da tese de Pierre Chaunu, que interpretou as independências hispano-americanas como resultado de uma acumulação única de circunstâncias, Lomné (2011) se afastou da visão tradicional que interpretou essas revoluções como uma ruptura gradual dos povos com seu rei.

Em relação ao *estandarte da sedição* que tremulou nas décadas finais da dominação espanhola no extenso *Nuevo Reino de Granada* — um dos mais compartimentados da América, dividido em três Audiências: Santa Fé, Panamá e Quito, e estas, por sua vez, em numerosas províncias, onde foi impossível difundir um sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada que se identificasse com todo o *virreinato* —, apenas o discurso de uma elite ilustrada minoritária conseguiu gerar algumas referências de identidade a partir de 1790. Quando a sedição *comunera* bateu às portas do reino neogranadino, foi por causa das políticas de racionalização imperial impostas pelos Bourbons, degradando-se, assim como os demais reinos indianos, ao *status de colônia*; depois surgiu um movimento conspiratório nos anos mil setecentos e noventa controlado pela dura mão do regime espanhol.

No entanto, após a crise monárquica de 1808, redefiniu-se irreversivelmente a natureza dos laços da própria vassalagem; naquela época, o próprio jornalista Blanco White escreveu que “a equidade, e equidade absoluta, é o único laço que resta entre um e outro povo; eu diria mais, entre os mesmos povos da América” (citado por Lomné, 2011, p. 230). Então, já era o tempo da independência absoluta, de suprimir as correntes e repreender os erros de uma Regência que não soube se dirigir aos americanos; assim, a Espanha preparou a perda de suas colônias, assemelhando-se “a um ancião que acaba de receber do inimigo uma profunda ferida e pede ajuda desta maneira a seu jovem e robusto escravo” (Lomné, 2011, p. 240 pp)<sup>7</sup>.

Como tem sido repetido tantas vezes, talvez a principal conclusão da abordagem historiográfica revisionista tenha a ver com o início dos processos de independência, possíveis apenas no contexto da crise e colapso da monarquia espanhola, iniciando uma transição repentina na direção à modernidade política, na qual os imaginários do passado colonial continuaram a ter um grande peso<sup>8</sup>. Nesse esforço para identificar as

<sup>6</sup>O *pactismo* durante a dominação colonial espanhola na América era uma prática política baseada em acordos e compromissos entre as autoridades coloniais (representantes da Coroa espanhola) e as elites locais das colônias. Esse fenômeno implicava uma relação relativamente negociada entre o poder imperial e os atores locais, que se manifestava na administração, justiça e governo das cidades e dos territórios. O pactismo colonial funcionava como um mecanismo de mediação entre os interesses da Coroa e as necessidades locais, criando um certo grau de autonomia administrativa para as elites crioulas, que desempenhavam um papel importante no governo local por meio de instituições como os *cabildos* (câmaras municipais locais). Em troca, essas elites apoiavam e legitimavam o poder da monarquia espanhola.

<sup>7</sup>Outro trabalho do professor Georges Lomné que é muito válido referenciar ao identificar e estudar os imaginários políticos que sustentaram a transição para a emancipação e para a construção dos Estados nacionais hispano-americanos é intitulado *Del miedo a la imaginaria Independencia al festejo de la Independencia absoluta*. Esse artigo rastreou o percurso do conceito de independência no espaço *neogranadino* a partir de 1761, um termo associado ao final do século 18, com a liberdade absoluta do rei em relação aos ditames humanos, mas que também começou a designar a desobediência dos vassalos à ordem religiosa e monárquica (Lomné, 2010, pp. 17-35).

<sup>8</sup>A propósito do conceito de colônia, Lempérière (2004) publicou o artigo *El paradigma colonial en la historiografía*

permanências do Antigo Regime, o trabalho de Annick Lempérière (2013) representa um dos maiores avanços e ilustra a compreensão do fenômeno da hibridação e prolongação dos imaginários. Na obra intitulada *Entre Dios y el rey, la república*, Lempérière identificou o traço mais determinante do tradicional regime monárquico hispânico: a política corporativa. Um traço que persistiu muito além das independências hispano-americanas e que dificultou sobremaneira a construção de nações modernas.

Seguindo os passos do professor Guerra, a historiadora francesa mencionada continuou renovando a interpretação da ordem colonial e das independências, seu trabalho sobre a centralidade do imaginário coletivo no virreinato de Nueva España pode ser aplicado ao estudo das outras experiências indianas, pois aborda conceitos fundamentais da política antiga espanhola, incluindo os de “república” e “governo”. Repúblicas concebidas a partir do pensamento escolástico e consideradas como os corpos políticos organizados para buscar o bem comum e um governo imaginado para procurar as finalidades da comunidade. Essas noções permitem reler o papel do monarca no tecido político espanhol e a dependência que ele teve dos corpos para governar seus reinos; nem mesmo as reformas borbônicas, que se voltaram para um tratamento colonial dos antigos reinos americanos, conseguiram quebrar a continuidade do imaginário corporativo de governo. No mundo indiano, algumas corporações resistiram à observância das disposições reais e continuaram negociando suas prerrogativas; aquele mito libertário e emancipador do triunfo do indivíduo foi cooptado nas nascentes repúblicas pelas antigas tendências à política de corpos, círculos, clientelas e caudilhismos (Lempérière, 2013).

No entanto, essa visão tão crítica por parte de vários historiadores que apontam o fracasso na construção dos Estados nacionais hispano-americanos, bem como no fortalecimento de uma agenda liberal e moderna ao longo do século 19, foi muito bem matizada ou controversa para ser mais preciso, pela historiadora Federica Morelli (2007), em um artigo historiográfico sobre os tempos de transição para a modernidade. Contrariando aquela visão fundamentada no fracasso e na anarquia dos projetos decimonônicos nascentes, que denunciava a traição dos ideais políticos libertários e independentistas pelos governos republicanos que lhes deram origem, Morelli evidenciou o peso da legalidade liberal nos novos espaços políticos. Ou seja, as constantes problemáticas relacionadas com a restrição da cidadania e os conflitos armados que marcaram a história do século 19 em muitos Estados latino-americanos recém-nascidos não foram senão o resultado normal de um processo de avanços e recuos, em que as forças do passado colonial e da modernidade estavam se equilibrando.

Nesse sentido, o artigo de Federica Morelli *Entre el antiguo y el nuevo régimen. La história política hispanoamericana del siglo XIX* contém uma reflexão rigorosa e fundamental para compreender as questões relacionadas à cidadania, à formação da nação, às guerras civis e à institucionalização estatal. Em relação à reinterpretação das experiências absolutistas e liberais dos séculos 18 e 19, Morelli criticou o antigo paradigma sobre o surgimento dos Estados na antiga América espanhola, concebendo-os não como resultado de uma marginalização progressiva e de uma expropriação monárquica dos poderes locais, mas como consequência da articulação e interdependência a autora insistiu em demonstrar que nem mesmo no século 19 europeu a transição ou construção dos Estados nacionais ocorreu de maneira imediata e absoluta após a Revolução Francesa, pois é uma utopia acreditar que é possível a destruição integral das comunidades em prol da criação de novas sociedades; então onde ficam as memórias, os costumes ou as permanências do passado imediato, como interpretar as resistências culturais, políticas e sociais, enraizadas nos imaginários dos indivíduos, daqueles projetos nacionais que podem ser considerados como inacabados. Em última análise, Morelli relativiza o fracasso da nação e a anarquia que se sucederam às independências; ao contrário, ele destaca a força e a continuidade de certas instituições resultantes da revolução nos regimes liberais entre a Espanha e seus reinos (Morelli, 2007)<sup>9</sup>.

*latinoamericanista*, oportuno para compreender, a partir da história conceitual, um referente tão fundamental entre os imaginários políticos nas últimas fases da dominação espanhola, especialmente quando muitos historiadores enfatizaram o endurecimento do tratamento colonial às Índias após o reformismo borbônico.

<sup>9</sup>La autora insistiu em demonstrar que nem mesmo no século 19 europeu a transição ou construção dos Estados

Continuando esta análise dos imaginários e da cultura política nos tempos da transição do absolutismo para as independências do mundo hispano-americano, vale a pena referenciar uma das obras mais recentes do professor Antonio Annino, reconhecido promotor da agora tão extensa historiografia revisionista. Interessado nas questões relacionadas à soberania, à representação, às eleições, ao constitucionalismo e à tumultuada chegada da modernidade política, o nome de Antonio Annino — juntamente com François-Xavier Guerra e Luís Castro Leyva — figura como autor e coordenador das principais publicações que pavimentaram o caminho para um grande grupo de historiadores revisionistas, incluindo obras como *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XX, De los imperios a las naciones: Iberoamérica, La revolución novohispana e El laboratorio constitucional iberoamericano: 1807-1830*.

No entanto, o livro que nesta parte nos interessa enfatizar é *Silencios y disputas en la história de Hispanoamérica*, um trabalho que compila sua extensa dedicação investigativa e revisão do século 19. Como bem se soube desde a década de 1990, a história do liberalismo e da modernidade na América Hispânica estava aprisionada entre os silêncios e a prisão interpretativa construída pela *história pátria*; nesse sentido, a obra referenciada do professor Antonio Annino continua contribuindo para a compreensão das mutações políticas que deram origem à modernidade do antigo mundo indiano. Entre as conclusões, que vêm de mãos dadas com a *revolução historiográfica* das independências, destaca-se que esse processo revolucionário hispano-americano representa um terceiro polo das revoluções atlânticas e só é comprehensível a partir de suas próprias categorias, reconhecendo que foi a crise monárquica o evento que desencadeou as independências, e não o contrário.

Seguindo a mesma linha interpretativa de Federica Morelli, Annino também contestou aquela visão tradicional que interpretou o século 19 latino-americano como um ensaio fracassado da experiência política europeia, como o século que testemunhou a frustração e o desvio dos projetos de construção nacional; uma abordagem equivocada que julgou a agenda liberal do século 19 com as categorias democráticas do século 20, e não como um complexo processo de transição para a modernidade, afetado pela tradição política corporativa e pelos outros imaginários tão difíceis de serem quebrados nos novos Estados, configurados pelas rupturas e pelas continuidades (Annino, 2014).

No entanto, o estudo de outros temas, atores e regiões, assim como os enfoques e as análises, foram amplamente expandidos com o engajamento acadêmico para a comemoração do bicentenário das independências a partir de 2010. Os anos antes e depois testemunharam a publicação de várias obras que, com modéstia, se tornaram os *best-sellers* da historiografia revisionista. Por exemplo, em 2006, María Teresa Calderón e Clément Thibaud coordenaram a publicação do livro *Las revoluciones en el mundo atlántico*, com contribuições de autores de renome como Jack Greene, Annick Lemprière, Federica Morelli, Georges Lomné, José Carlos Chiaramonte, Anthony McFarlane e María Luisa Soux, entre outros. Vale ressaltar que, nas sete partes que compõem esta obra, o tema dos imaginários políticos sobressai ao longo de suas páginas, representações amalgamadas entre as cosmovisões do recente passado da dominação colonial espanhola e os referentes revolucionários da modernidade política que sopraram pelo mundo ocidental (Calderón e Thibaud, 2006).

Entretanto, em 2015, foi publicada a obra *Independencias iberoamericanas: nuevos problemas y aproximaciones*, dirigida por Pilar González Bernaldo. Esse livro, dedicado à memória de François-Xavier Guerra e Túlio Halperin, reuniu em suas 14 contribuições os autores mais destacados do legado revisionista das independências hispano-americanas, incluindo: Antonio Annino, que refletiu sobre a redefinição das

nacionais ocorreu de maneira imediata e absoluta após a Revolução Francesa, pois é uma utopia acreditar que é possível a destruição integral das comunidades em prol da criação de novas sociedades; então onde ficam as memórias, os costumes ou as permanências do passado imediato, como interpretar as resistências culturais, políticas e sociais, enraizadas nos imaginários dos indivíduos, daqueles projetos nacionais que podem ser considerados como inacabados. Em última análise, Morelli relativiza o fracasso da nação e a anarquia que se seguiu às independências, ao contrário, destaca a força e a continuidade de certas instituições resultantes da revolução nos regimes liberais.

revoluções; Anthony McFarlane, que abordou o contexto internacional; Víctor Peralta, que refletiu sobre a recepção do liberalismo hispânico no Peru; Geneviève Verdo, focada na revolução do direito e nas reformas jurídicas; e Véronique Hébrard, que escreveu sobre as divisões partidárias na tumultuada Venezuela do século 19 (González, 2015).

Seguindo essa mesma linha do revisionismo mais recente que continua a beber da herança do professor Guerra, as historiadoras Hébrard e Verdo editaram o excelente trabalho de compilação intitulado *Las independencias hispanoamericanas: un objeto de história*, com contribuições em francês e espanhol de Gabriel Entin, Georges Lomné, Marta Lorente, Jordana Dym, María Soux, Víctor Peralta, Moisés Guzmán, Aline Helg, Carole Leal, Marcela Ternavasio, Daniel Gutiérrez e Brian Hamnett, entre outros. A obra está estruturada em cinco partes que tratam dos relatos das origens, das linguagens políticas, dos atores e práticas, dos espaços de soberania e dos reflexos do processo revolucionário e independentista na América hispânica. Ainda que todas as contribuições publicadas nesse livro abordem o campo da cultura, dos imaginários e das representações políticas no período da emancipação, é válido destacar alguns contributos específicos que exploram o estudo desse período a partir do campo das mentalidades e linguagens (Hébrard e Verdo, 2013).

Primeiramente, destaca-se o artigo sobre as ambiguidades do discurso político hispânico do século 18 em torno do patriotismo, uma reflexão de Gabriel Entin na qual se analisa uma dimensão constitutiva da identidade americana, relacionada à identificação da América como uma pátria comum e à problematização do chamado “patriotismo criollo” (Entin, 2013). Segundo o trabalho do professor Víctor Peralta sobre o discurso eclesiástico diante da nova linguagem política promovida pelo liberalismo hispânico, concluindo que, no Peru, durante a vigência da Constituição de Cádiz, houve diferenças quanto à intensidade ou sinceridade do reconhecimento das ideias liberais por parte do alto e baixo clero, sendo os párocos os mais fervorosos simpatizantes (Peralta, 2013). Terceiro, a contribuição de Moisés Guzmán, que procurou reconstruir os imaginários políticos da independência do México, onde patriotas e realistas se proclamaram defensores dos chamados “três pilares da monarquia espanhola”; após o seu colapso e as guerras pela emancipação, emergiu um novo léxico político, como o da soberania, da nação e do cidadão, alimentado por um imaginário republicano (Guzmán, 2013). Por fim, o trabalho de Marta Irurozqui sobre a metamorfose da cidade de Charcas após a crise de 1808, no qual se buscou responder à pergunta sobre como e em quais cenários a população desse domínio indiano começou a se transformar em uma comunidade de cidadãos e como se tornaram novos sujeitos políticos a partir da reversão da soberania (Irurozqui, 2013).

Uma parte que demonstra com suficiência a qualidade da mencionada obra é a esclarecedora e concisa introdução elaborada por suas editoras, intitulada *Repensar las independencias hispanoamericanas*, uma análise que filtrou os principais contributos da escola revisionista impulsionada por Guerra e condensou o conhecimento das duas autoras especialistas nos processos independentistas da Venezuela e da Argentina. Hébrard e Verdo sustentam que a perspectiva da história política empreendida pelo famoso pesquisador francês permite transcender a visão tradicional e teleológica em relação ao estudo desse período, atravessado pelos anos conjunturais de 1808-1809, quando a crise monárquica entrelaçou as fronteiras do Antigo Regime e da modernidade política, removendo e imbricando imaginários diversos.

É evidente que, com o interesse revisionista voltado para o estudo de outras localidades, atores e práticas ocultas, foi possível identificar discursos e linguagens específicos nos campos cultural, político, jurídico e religioso, os quais configuraram os imaginários para reivindicar direitos e legitimar a nova forma de governo. Em última análise, essa perspectiva historiográfica, que concebe a independência como um processo essencialmente político e privilegia a curta duração dos períodos revolucionários não busca nos distúrbios dos últimos dias do regime colonial nem no processo emancipador em si os momentos fundacionais das nações hispano-americanas. Isso porque foi a crise da monarquia espanhola, provocada pela invasão francesa, o evento que abalou os *dois pilares* e desencadeou uma *revolução accidental*. Com esse colapso imperial inesperado e na ausência do rei da Espanha, começou na Península o jogo da representação; contudo, a bola da reversão da

soberania também rolou na margem indiana do Atlântico, dando início, por essa via, a um processo rápido e confuso de imposição de uma modernidade de ruptura<sup>10</sup> (Hébrard e Verdo, 2013).

É inegável que, por ocasião dos bicentenários, a pesquisa histórica tenha aumentado e se diversificado a um ritmo sem precedentes. A partir de diferentes disciplinas sociais e abordagens teórico-metodológicas, empreendeu-se o estudo de inúmeros tópicos esquecidos ou invisíveis aos olhos da historiografia tradicional. No entanto, alguns temas relacionados à identidade, à alteridade, à subalternidade, a representações e debates sobre a nação continuam a se mostrar como objetos de estudo primordiais para compreender a transição para a modernidade. Por exemplo, para o historiador Tomás Pérez Vejo (2008), *El problema de la nación en las independencias americanas* continua representando um desafio teórico para os pesquisadores interessados em estudar a construção dos Estados nacionais latino-americanos.

A disjunção começa quando se considera “que as nações não são a causa das guerras de independência, mas sua consequência” — quase um imperativo categórico sempre parafraseado pelos revisionistas —; as incongruências começaram quando a história pátria do século 19 situou as nações hispano-americanas como o ponto de chegada e colocou o início das independências em tumultos populares nos quais aparentemente ninguém falou sobre ela, “mais preocupados com a família real do que com a nação”, muitos gritaram *¡Viva Fernando VII!*. Por essa razão, a proposta de Pérez Vejo envolve uma reinterpretação do que tem sido chamado de “as guerras de independência”, partindo de uma abordagem que evita as interpretações teleológicas construídas ao longo do século 19. Ao seguir essa linha, conclui-se que, na América Hispânica, não havia nações preexistentes, que a independência não foi um confronto entre nações, que as nações surgiram após o desmembramento da *monarquia católica* e que a independência não foi originada por um conflito de identidades entre *criollos* e peninsulares, mas sim por um conflito político e pela legitimidade do poder (Pérez, 2008).

Embora haja um consenso historiográfico sobre a inexistência de nações hispano-americanas antes de 1810, isso não implica desconhecer as mudanças que, na mentalidade de muitos *criollos* ilustrados, forjaram a imaginação de um mundo diferente, iluminados pelas ideias de liberdade e igualdade que circulavam pelo espaço revolucionário do Atlântico. Um exemplo, apenas no caso neogranadino, é representado pelas azaradas e combativas vidas de Pedro Fermín de Vargas e Antonio Nariño, dois homens obcecados desde a década de 1790 com a ideia de independência, mas que não encontraram um contexto internacional adequado para promovê-la. Um contexto que começou a se viabilizar com a crise monárquica de 1808-1810, pois, quando todos os povos espanhóis gritaram *¡Viva Fernando VII!* o que experimentaram foi uma dura sacudida em seus imaginários e cosmogonias, uma sensação de acefalia e desmembramento, um desconcerto que aos poucos foi diminuindo após a invocação do princípio de reversão da soberania e sua mistura com o bálsamo discursivo da nação moderna, que já havia lançado suas âncoras na mente de alguns esclarecidos.

Por esse motivo, uma postura mais conciliadora em relação à interpretação desse repentino choque de imaginários experimentado pelos reinos hispânicos em 1808 foi desenvolvida por Javier Fernández Sebastián (2014) em seu artigo *Del rey cautivo a la república de derecho divino. Retóricas e imaginarios de las*

<sup>10</sup>Uma modernidade de ruptura refere-se a uma concepção de modernidade que implica uma clara e decisiva separação com o passado, especialmente em termos políticos, sociais e culturais. No contexto da história hispano-americana, essa ideia é utilizada para descrever o processo em que as antigas estruturas coloniais e as formas tradicionais de organização política e social são substituídas por novas formas de governo, cidadania e representação, que estão inspiradas nos ideais modernos de liberdade, igualdade e soberania popular. Essa modernidade de ruptura destaca a transformação radical que implicou a independência das colônias americanas em relação à Espanha, rompendo com os velhos sistemas monárquicos e as hierarquias coloniais. Assim, percebe-se como uma mudança drástica na maneira de conceber o poder, a lei e as relações sociais, marcando a transição de um regime baseado na autoridade herdada e nas desigualdades sociais para uma nova ordem fundada nos princípios da Ilustração e nos direitos universais.

*revoluciones hispánicas*, focado em dois aspectos do imaginário social que amorteceram as revoluções: primeiro, a imagem do rei cativo que foi fabricada de Fernando VII, “um mito que criou nações”; e segundo uma rejeição à monarquia espanhola e uma legitimação da república com argumentos bíblicos. As mudanças rápidas experimentadas naqueles dois anos cruciais, quando, ao mesmo tempo em que o mito de *O Desejado* ou *O Cativo*\* ganhava uma força extraordinária, foram adotadas “as formas republicanas de governo em um mundo essencialmente monárquico e católico como era então o hispano-americano” (Fernández, 2014, p. 125).

As precisões metodológicas de Fernández ao estudar as representações mentais das pessoas do passado em tempos de transições aceleradas são dignas de nota; combinando as abordagens dos estudos da cultura política e da história conceitual, ele argumenta que as mudanças que surgem de maneira súbita obedecem à reciclagem de elementos culturais herdados e presentes desde antes. Como paradoxo, ele aponta que algumas inovações políticas têm suas raízes em certas estruturas de repetição e processos de longa duração, ao mesmo tempo em que as rupturas históricas podem resultar de pequenas alterações semânticas impulsionadas por certos agentes — ou minorias ilustradas, nesse caso. Portanto, quando esses atores impõem suas alterações e pensamento irruptivo, “podem chegar a transformar por completo o imaginário de uma sociedade”, o que implica afirmar que o novo discurso sociopolítico da modernidade não surgiu do nada no mundo hispânico (Fernández, 2014, p. 127).

Em todos os espaços atlânticos que experimentaram a transição do antigo para o novo regime, este se modela sobre o fundamento anterior, que também lhe serve de matriz. No mundo hispânico, os referentes da majestade real funcionaram como vetores de uma mudança à qual imprimiram uma marca própria e decisiva. (Thibaud e Calderón, 2010, p. 20).

Com esse preceito *tocquevilliano*, Clément Thibaud e María Teresa Calderón definiram magistralmente esse cruzamento entre os imaginários políticos herdados de um passado monárquico e católico e o arsenal discursivo da modernidade, configurando-se no meio dessa trama o potente princípio da soberania popular. Nessa ordem de ideias, o trabalho desses dois renomados historiadores intitulado *La majestad de los pueblos en la Nueva Granada y Venezuela* (1780-1832) (Thibaud e Calderón, 2010), representa uma obra de consulta obrigatória para entender como as mentalidades, as linguagens e as práticas políticas foram se transformando quando, devido ao desmoronamento do *Império espanhol*, surgiram as repúblicas ibero-americanas. Por sua vez, esse enfoque permite estudar a construção dos Estados nacionais no espaço hispano-americano, não a partir da justaposição dos referentes europeus traçados pela história de seu processo civilizatório, mas sim a partir de suas dinâmicas e complexas realidades, para não cair no lugar-comum historiográfico que prega o fracasso democrático e exalta os resquícios que o tradicionalismo impôs à construção efetiva de Estados de direito.

Por cima daquele relato ocidental que concebeu o Estado como o fim da história, Thibaud e Calderón privilegiam o estudo de um de seus componentes fundamentais que se resiste aos anteriores questionamentos, o da soberania, transferida aos povos latino-americanos em meio a uma crise monárquica sem precedentes e que, daí em diante, legitimou o poder e a majestade do povo. De fato, eles consideram como as principais transformações impulsionadas pelas independências a nova modalidade de institucionalização da política (com base no princípio de reversão soberana) e a forma republicana de governo, sustentando como hipótese que as revoluções hispânicas não apenas significaram uma mudança no titular da soberania, mas também tiveram que imaginar uma nova forma de representá-la, empregando tanto elementos do imaginário tradicional quanto das inovações da época sobre a soberania nacional. No entanto, a explosão dessa potência pública e a subsequente incorporação da soberania dos povos ameaçaram com o *monstro da divisão* as novas repúblicas, regiões caracterizadas por um passado colonial que teve como principal característica a desagregação e a fragmentação. É óbvio que as abdicações de Bayona foram as circunstâncias que motivaram o surgimento precoce dos Estados nacionais e dos cidadãos como novos sujeitos políticos, embora também seja verdade que essas rápidas rupturas ocorreram no contexto específico dos reinos hispano-americanos. Em suma, a caixa

de Pandora foi aberta com a reassunção da soberania pelos povos. Essa potência permitiu institucionalizar e organizar a resistência seguindo a fórmula peninsular de formação de juntas de governo, ao mesmo tempo em que fez emergir antigas tensões da sociedade colonial que encontrava em processo de extinção (Thibaud e Calderón, 2010).

Em 1808, os espanhóis de ambos os hemisférios começaram a testemunhar a rápida desaparição de sua ordem política; seus pensamentos sobre o passado absolutista e sobre o futuro incerto se cruzaram; a crise imperial foi representada como um ponto de partida e não de chegada; a possibilidade de imaginar as nações ibero-americanas foi devido a circunstâncias exógenas, e não a um sentimento *proto-nacionalista* que teria surgido no coração dos povos. No entanto, a seguinte clarificação de Thibaud e Calderón é contundente nesse aspecto: “a rejeição da teleologia relativiza a questão das causas ou das origens das revoluções hispânicas, mas em nenhum caso autoriza a eliminar toda relação entre o fato e seu contexto de emergência” (p. 24). Ou seja, não devemos ignorar o antes dos povos, seguindo as pegadas da escola de Cambridge e da obra de Reinhart Koselleck. Os autores citados analisam os diferentes discursos de uma época de transição situada entre 1750 e 1850, destacando as mudanças semânticas das noções-chave que estruturam as linguagens políticas e identificando as variações de sentido que transformam as expectativas dos atores. Isso “permite compreender melhor a forma como um fato se ‘constrói construindo-se’ e produz a novidade a partir de um corpus aparentemente fechado de significados” (Thibaud e Calderón, 2010).

Em suma e dito de forma mais cristã, embora existam vínculos entre a Ilustração — aos quais também cabe somar o absolutismo borbônico — e as revoluções de independência, esses vínculos não foram imediatos nem transitivos. Ou seja, se o momento revolucionário hispânico foi súbito e de curta duração, as conexões entre a tradição e a modernidade devem ser buscadas na longa duração. Somente dessa forma poderemos compreender, sem a ânsia por coerência, como os atores das independências interpretaram os acontecimentos recorrendo a diferentes correntes intelectuais — o neoescolasticismo, o regalismo borbônico, o jansenismo, o republicanismo neoclássico, a Ilustração e o liberalismo, entre outras.

Nesse ponto da reflexão, deve-se aceitar que não se encontrou uma literatura histórica mais precisa para a construção de um estado da questão sobre a cultura política e sobre os imaginários que rondaram nos tempos finais do absolutismo espanhol e no advento da modernidade, senão o trabalho editorial referenciado de Clément Thibaud e María Teresa Calderón, cujo ápice podemos ler na seção introdutória intitulada *La revolución como desplome y recomposición del orden simbólico*. Apesar de reconhecer os avanços da abordagem hermenêutica e textualista em relação ao estudo das mudanças do imaginário político durante as revoluções do mundo ibero-americano, eles questionam se esse desenvolvimento descritivo é suficiente para compreender o problema da mudança histórica. Ou seja, é necessário compreender não apenas a mudança dos conceitos políticos no curso das independências, mas também explicar como e por que aquelas mutações ocorreram.

Assim, a solução proposta pela abordagem da *virada linguística* consistiu em relacionar as mudanças com o colapso dos sistemas discursivos, ocorrendo as mutações quando a crise revelou as falhas da estrutura linguística que sustentava a ordem simbólica vigente até então. Nas palavras dos autores citados, “a teoria do colapso das linguagens políticas pela emergência de seus ‘pontos cegos’ peca [...] de intelectualismo” (p. 28), pois se afasta um pouco do estudo do problema central, o das relações entre discurso e legitimidade, uma questão fundamental especialmente em um período revolucionário, quando é inevitável substituir a ordem que está colapsando. Por essa razão, o problema deve ser transferido para o campo da efetividade simbólica, ao estudo das disposições discursivas e práticas — por parte dos atores — capazes de substituir as antigas bases da legitimidade monárquica e adequadas para responder às incertezas geradas pela conjuntura. Assim, o processo revolucionário é concebido como uma reconfiguração interna da ordem simbólica e, portanto, o peso das narrativas fundacionais, teleológicas e liberais é relativizado; percebendo a transformação dos *fundamentos simbólicos do Estado*, das linguagens e dos valores, e o surgimento de novas práticas políticas (Thibaud e Calderón, 2010).

Os estados da questão e as reflexões globais contribuem para a compreensão do desenvolvimento historiográfico — em termos de conteúdo, objetos de estudo, metodologias e abordagens teóricas — relativos aos estudos dessa época de transformação situada entre as reformas borbônicas e o processo emancipador. O trabalho apresentado por Juan Bosco Amores, no livro *Las independencias iberoamericanas ¿Un proceso imaginado?* configura-se como um balanço concreto e pioneiro para aqueles interessados em dimensionar o longo percurso das narrativas independentistas.

De entrada, o professor Juan Bosco apontou que, sem dúvida, as independências representam um dos processos mais relevantes do início da *Idade Contemporânea* na história ocidental e, é claro, do mundo hispânico, quando dentro desse processo nasceram os Estados nacionais ibero-americanos. Uma época de ruptura em relação à tradição dos estudos históricos que, desde o século 19, enraizaram o relato canônico das independências como guerras de libertação nacional contra um regime arcaico e opressor, começou a se formar na década de 1960 em torno das comemorações do sesquicentenário das revoluções de independência, mostrando o trabalho do professor Demetrio Ramos como o primeiro passo do americanismo acadêmico.

Nas duas décadas seguintes, a historiografia americanista feita na Europa teve um tremendo desenvolvimento, os pesquisadores concentraram sua atenção na história institucional, econômica e social, no estudo do direito indiano, das elites e do reformismo borbônico. David Brading, John Fisher, Brian Hamnett, Horst Pietschmann e Hans-Joachim König, entre muitos outros, investigaram as últimas cinco décadas do absolutismo espanhol, alguns chegando até o tema das independências. Embora, na opinião do professor Bosco, tenha sido o historiador britânico John Lynch “o primeiro a oferecer um estudo moderno sobre as independências ibero-americanas”, estudando-as a partir de uma perspectiva global e em conexão com as revoluções atlânticas (Amores, 2009, pp. 9-12).

Depois veio a década de 1990, passada a febre das comemorações do *Quinto Centenário do Descobrimento da América*, os historiadores americanistas voltaram seu olhar científico para o tema das independências. Segundo os passos de Lynch, o professor Anthony McFarlane foi um dos primeiros a retomar o impulso interpretativo, seu excelente trabalho — *Colombia before independence: economy, society and politics under Bourbon rule* — publicado em 1990, que chamou a atenção por se interessar pelo estudo de um domínio espanhol de segunda ordem, como foi o caso do Novo Reino de Granada, marcou um marco porque sua interpretação se concentrou basicamente na crise do mundo hispânico e na explicação da independência a partir da dispersão da soberania causada pela conjuntura de 1808.

Como bem se sabe e como destaca o professor Juan Bosco nessa nova linha interpretativa, as primeiras e mais importantes contribuições foram as de François-Xavier Guerra e Jaime Edmundo Rodríguez, americanistas de pura cepa, sobre os quais tanto se falou neste artigo. O boom da tese do professor François-Xavier Guerra, de acordo com Juan Bosco Amores, atribuiu-se mais à sua ruptura com a história estruturalista do que à sua novidade ou originalidade; contudo, o indiscutível foi que sua teoria da mutação política foi a mais seguida por seus discípulos, a ponto de formarem sua própria escola revisionista dedicada ao acesso do mundo hispânico à modernidade com base no paradigma do espaço público político, abordagem que “não difere essencialmente das interpretações clássicas sobre o papel das doutrinas pactistas-populistas e seu potencial ‘revolucionário’” (Amores, 2009).

No entanto, com a publicação de *The Independence of Mexico and the creation of the New Nation*, Jaime Rodríguez demonstrou uma postura historiográfica mais equilibrada que seguiu a tradição anglo-saxônica, centrada não exclusivamente em uma nova história política interessada nos discursos e no mundo simbólico, tentando compensar o estudo das outras estruturas sociais para construir interpretações mais abrangentes sobre as revoluções de independência. Dessa forma, Rodríguez conseguiu sintetizar as contribuições da historiografia das décadas anteriores a 1990 e da recente onda da história cultural; esse equilíbrio lhe permitiu reconhecer, por exemplo, que as reformas borbônicas não tiveram efeitos tão negativos e que a transformação intelectual do mundo hispânico ocorreu com a adaptação harmônica das novas ideias e da tradição política.

espanhola. Então, não foram as impopulares inovações dos Bourbons nem o patriotismo hispano-americano os fatores que quebraram a legitimidade do Antigo Regime espanhol, mas sim a crise imperial causada pela invasão francesa, o acontecimento que motivou a revolução política hispânica a partir do tradicional princípio da reafirmação da soberania; uma crise desencadeada em 1808, diante da qual as autoridades coloniais espanholas responderam com absolutismo e desigualdade em relação ao tratamento dado aos reinos hispano-americanos, indo contra o espírito da época e promovendo a desintegração do corpo da *nação espanhola*, que se planejou constituir em Cádiz (Amores, 2009).

## Reflexões finais

Como se fosse um bucle historiográfico, é necessário retornar ao ponto inicial para apresentar as reflexões finais que encerram esta revisão crítica sobre a história dos eventos que deram origem à irrupção da modernidade e às revoluções do mundo ibero-americano. Quem melhor do que o mais avançado, claro e perspicaz historiador que efetivamente marcou a virada interpretativa da independência da América Latina — ainda nos anos 1950, quando nem mesmo os pesquisadores dessa margem atlântica questionavam os relatos canônicos e patrióticos do século 19, elaborados com o evidente desejo de legitimar os novos Estados nacionais hispano-americanos? Quem senão o historiador francês Pierre Chaunu, o autor de *Histoire et imagination: la transition*, uma reflexão publicada em 1980, na qual propôs o conceito mais operacional e unificador entre historiadores, economistas, filósofos e demógrafos: o termo “transição”. Para Chaunu, a transição representa um tempo singular, caracterizado pela entrada em um sistema implosivo e irreproduzível, em que somente uma análise rigorosa do presente à luz do passado poderia oferecer caminhos e soluções que, embora não eliminem por completo as dificuldades, propiciem um panorama menos desolador e mais promissor.

Embora o livro que nesta parte final vem ao caso seja *La independencia de América Latina*, um trabalho em grupo que reuniu três historiadores excepcionais do século 20: Eric Hobsbawm, Pierre Vilar e Pierre Chaunu. Em cada um dos parágrafos da contribuição intitulada *Interpretación de la independencia de América Latina*, um capítulo que não ultrapassa as 20 páginas, Chaunu desconstrói — ou destrói — muitos lugares comuns da história ibero-americana dos séculos 18 e 19. Com sua pena erudita, aguda e rigorosa, ele rompeu o esquema tradicional decimonônico da historiografia sobre a independência. Acusou as narrativas patrióticas de esboçar uma imagem mistificada triplamente nociva: uma imagem que promoveu o fracionamento e impediu a construção orgânica da América Latina; uma imagem de rejeições inúteis que impediu os novos Estados de assumir seu passado hispânico; e uma imagem que criou a ilusão de uma libertação alcançada, enquanto internamente as estruturas de dominação continuaram sendo reforçadas e externamente a dependência econômica se ampliou.

Chaunu dirigiu sua crítica contra o esquema interpretativo tradicional das independências, acusando-o de cair no jogo do “nós, os americanos”, independizados pelos abusos do regime colonial, pelas “mil e uma opressões”, discurso do qual os líderes *criollos* se valeram para investir suas reivindicações particulares com as cores do interesse geral. Da mesma forma, contestou um pouco a participação intelectual da América Hispânica no *Século das Luzes*, uma participação mais fácil de constatar do que de medir; assim como a influência das revoluções atlânticas nos movimentos independentistas latino-americanos, influência evidente no caso constitucional que evidenciou a falta de maturidade e limitou uma expressão mais própria; e por último, atacou essa *aberração* de ver as rebeliões populares mobilizadas no final do período colonial — referindo-se à de Túpac Amaru II em 1780 — como precursoras da independência, porque, sob essa visão, “tudo o que precede é de uma maneira ou de outra causa do que segue” (p. 156). Foi assim que as independências acabaram confinadas nos *guetos* da história americana, sem tempo para analisar os acontecimentos que abalaram a Península entre 1807 e 1814, os implosivos anos da transição (Chaunu, 1973).

No entanto, as críticas contundentes de Pierre Chaunu visaram verdadeiramente a superar as nuvens cinzentas daquele esquema tradicional, do qual não se pode negar que muitas de suas representações

são legítimas. Portanto, estas são as questões que devem ser revisadas e superadas: primeiro, a visão *excessivamente simplista* sobre as independências, distante da explicação braudeliana que, por muitos motivos, é mais válida para a América, uma historiografia que ignorou a complexidade das sociedades hispano-americanas. Segundo um *esquema interpretativo em parte emprestado*, que concebeu as independências como oposição aos monopólios e opressões do Império espanhol, um retorno ao *Boston Tea Party*, como se as revoluções do Sul fossem um simples reflexo da independência das 13 colônias. O autor acrescentou: “se a independência da América espanhola tivesse sido uma resposta aos abusos do monopólio, teria ocorrido em 1580 quando este existia e era exercido exclusivamente em benefício de espanhóis e europeus” (Chaunu, 1973, p. 159). E terceiro, a abordagem puramente americana, como se pudesse analisar um fenômeno essencialmente transatlântico apenas a partir dessa margem do oceano; em suma, mais do que uma guerra entre a América espanhola e a Espanha, tratou-se de um processo de guerras civis do Atlântico hispânico motivadas pelos acontecimentos na Península (Chaunu, 1973).

Finalmente, Pierre Chaunu chamou a atenção para dois pontos centrais do esquema tradicional construído no século 19 para legitimar e interpretar as independências, relacionados com o complexo de frustração por parte dos *criollos* e com o alcance da Ilustração na América hispânica. Chaunu calculou que, por volta de 1800, havia na América espanhola 150 mil peninsulares e quase três milhões de *criollos*, representando esses descendentes dos brancos europeus 20% da população total. Esses *criollos*, que desprezaram os outros 80% da população restante — mestiços, indígenas, negros, pardos e outros — sentiram-se discriminados quando, como consequência das reformas borbônicas, os peninsulares ocuparam os altos cargos da administração colonial em compensação por sua insignificância na economia indiana, monopolizada pelos *criollos*. Chaunu argumentou que as tensões entre *criollos* e peninsulares “decorrem do complexo étnico racial da sociedade americana” (p. 163), um complexo criollo estritamente falando, que por antonomásia os colocou na escala social como brancos de segunda ordem, abaixo dos brancos europeus:

Você é, ao mesmo tempo, nobre e índio. Sem levar em conta sua arrogância, a família criolla mais pura é, no entanto, um pouco menos branca que o mais humilde dos gachupines saído do coração da Galícia. Pode-se afirmar, sem paradoxo, que é a mesma sociedade criolla que, impulsionada por sua vaidade, coloca sobre si os valores peninsulares. (Chaunu, 1973, p. 164)<sup>11</sup>

Não menos importante é o tema da questionada participação da América hispânica nas *Luzes*, uma entrada tardia do pensamento iluminista e, ainda mais, muito desigual ao longo dos domínios indianos. Com um sarcasmo singular, Chaunu afirmou algo bastante verdadeiro: “A América espanhola [era] espanhola” (p. 164). Esse enraizamento do imaginário hispânico deveu-se em grande parte aos *criollos*, que afirmaram sua superioridade sobre os valores brancos e peninsulares, sempre preocupados em igualar-se. No século 18, as Índias acabaram sendo uma província da *España iluminada*, ao mesmo tempo em que a Península teve uma participação tardia e ambígua nas correntes racionalistas, consequentemente, seus domínios indianos representaram a periferia da periferia nos temas da Ilustração. Embora Chaunu seja preciso em sublinhar que “as Luzes espanholas foram tardias, mas vigorosas” (p. 165), interrompidas em 1808 pela traumática invasão dos franceses; luzes que chegaram aos reinos indianos em ritmo desigual, de forma mais intensa e direta nas costas de *Terra Firme*, entre Cartagena e Venezuela, também pelos lados do *Rio de la Plata*, essas correntes foram menos claras na *Nueva España* e pouco profundas no *virreinato* peruano. “Assim se desenha a geografia da Independência. De um lado, Venezuela, Rio de la Plata e Chile; de outro, o eixo fidelista dos Andes; o México ambíguo entre os dois” — parece que, para Chaunu, o *virreinato de la Nueva Granada*, independentista naquela época, não existiu (Chaunu, 1973, p. 165).

<sup>11</sup> Daí o receio dos *criollos* e a tentação de ficar sozinhos no topo da pirâmide social, governando uma sociedade que tornaram opressiva em seu benefício, um argumento que continua se confirmado até o presente com a marginalização das classes baixas na América Latina.

Em suma, nosso ponderado historiador interessou-se pelo devir iluminado hispano-americano, apenas para concluir que nele não estavam as chaves das independências e que o colapso da monarquia espanhola começou com a aliança francesa na guerra dos impérios —esquecendo a máxima política de Felipe II: “Guerra contra todos e paz com a Inglaterra” (Chaunu, 1973, p. 167). Essa liga franco-espanhola obrigou os britânicos a cortarem a comunicação entre a metrópole e suas possessões por quase 10 anos, período que terminou em 1808 quando os franceses deram o golpe de misericórdia no languido Império espanhol.

Em conclusão, após este trabalho de revisão historiográfica, que não termina aqui, junto com os autores referenciados e muitos outros que sustentam o estudo da transformação do ideário político em uma época de mudança que conduziu os antigos domínios indianos a novas formas de se relacionar, poderemos interpretar com mais cuidado a singular transição para a modernidade dos povos hispano-americanos e sua formação como Estados nacionais. Assim, veremos a confluência das mais diversas correntes do pensamento político, a evolução dos imaginários para reivindicar e resistir ao poder nos últimos tempos da dominação colonial espanhola; bem como a influência da escolástica, do *\*\*pactismo, do absolutismo iluminado, das Luzes*, do contractualismo\* e das revoluções atlânticas, durante a crise monárquica de 1808, que serviu como divisor de águas entre o Antigo Regime e a modernidade política no mundo ibero-americano.

## Referencias

- Amores, J. (Ed.). (2009). *Las independencias iberoamericanas ¿un proceso imaginado?* Universidad del País Vasco. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=420802>
- Annino, A. (2014). *Silencios y disputas en la historia de hispanoamérica*. Universidad Externado de Colombia; Taurus.
- Ávila, A. (2008). Las revoluciones hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI. *Revista Digital de Historia Iberoamericana*, 1(1), 10–39. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3620917>
- Chaunu, P. (1973). Interpretación de la independencia de américa latina. In E. Hobsbawm, P. Vilar, & P. Chaunu (Eds.), *La independencia de américa latina* (pp. 154–172). Ediciones Nueva Edición.
- Entin, G. (2013). El patriotismo americano en el siglo XVIII: Ambigüedades de un discurso político hispánico. In V. Hébrard & G. Verdo (Eds.), *Las independencias hispanoamericanas: Un objeto de historia* (pp. 19–33). Casa de Velázquez.
- Fernández, J. (2014). Del rey cautivo a la república de derecho divino. Retóricas e imaginarios de las revoluciones hispánicas. In L. Rojas & S. Deeds (Eds.), *México a la luz de sus revoluciones* (Vol. 1, pp. 125–186). Colegio de México.
- González, P. (Ed.). (2015). *Independencias iberoamericanas: Nuevos problemas y aproximaciones*. Fondo de Cultura Económica.
- Guerra, F. X., & Lempérière, A. (1998a). De la política antigua a la política moderna: La revolución de la soberanía. In F. X. Guerra & A. Lempérière (Eds.), *Los espacios públicos en iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX* (pp. 109–139). Fondo de Cultura Económica.
- Guerra, F. X., & Lempérière, A. (1998b). *Los espacios públicos en iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Fondo de Cultura Económica.
- Hébrard, V., & Verdo, G. (Eds.). (2013). *Las independencias hispanoamericanas: Un objeto de historia*. Casa de Velázquez.
- Irurozqui, M. (2013). La metamorfosis del pueblo. Sujetos políticos y soberanías en charcas a través de la acción social (1808-1810). In V. Hébrard & G. Verdo (Eds.), *Las independencias hispanoamericanas: Un objeto de historia* (pp. 213–227). Casa de Velázquez.
- Lempérière, A. (2004). El paradigma colonial en la historiografía latinoamericanista. *Revista Istor*, 5(19), 107–128. [http://www.istor.cide.edu/archivos/num\\_19/notas.pdf](http://www.istor.cide.edu/archivos/num_19/notas.pdf)
- Lempérière, A. (2013). *Entre dios y el rey: La república. La ciudad de méxico de los siglos XVI al XIX*. Fondo de Cultura Económica.
- Lomné, G. (2011). La disolución de las “cuerdas de imaginación” en el virreinato de la nueva granada. In H.

- Bonilla (Ed.), *La cuestión colonial* (pp. 225–245). Universidad Nacional de Colombia.
- Morelli, F. (2007). Entre el antiguo y nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *Historia Crítica*, 33, 122–155. <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hiscrit/article/view/4050>
- Peralta, V. (2013). Sermones y pastorales frente a un nuevo lenguaje político. La iglesia y el liberalismo hispánico en el Perú (1810-1814). In V. Hébrard & G. Verdo (Eds.), *Las independencias hispanoamericanas: Un objeto de historia* (pp. 117–133). Casa de Velázquez.
- Pérez, T. (2008). El problema de la nación en las independencias americanas: Una propuesta teórica. *Estudios Mexicanos*, 24(2), 221–243. <https://www.jstor.org/stable/10.1525/msem.2008.24.2.221>
- Thibaud, C., & Calderón, M. (Eds.). (2006). *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Taurus; Universidad Externado de Colombia; Fundación Carolina.